

Meta de cortar 20 bilhões fracassou no ano passado

Pacote de 51 medidas aumentou somente os ônus de contribuintes

• O pacote fiscal de novembro do ano passado era marcado por dois números que sintetizavam o quê e como o Governo pretendia fazer para reduzir a vulnerabilidade da economia ao contágio da crise asiática. O ajuste seria feito por meio de 51 medidas para cortar R\$ 20 bilhões nos gastos públicos. Nem as 51 medidas foram efetivamente postas em prática, nem os R\$ 20 bilhões foram economizados.

Entre ambiciosas medidas de natureza fiscal, como cortes de despesas e investimentos, demissão de servidores e aumento de impostos e tarifas, figuravam mudezas — redução de US\$ 500 para US\$ 300 do limite de isenção nas compras em *free shops* e aumento de US\$ 18 para US\$ 90 do valor das taxas de embarque para o exterior — que acabaram extintas pela própria ineficácia. Também ficaram em suspenso a demissão de 33 servidores públicos, temerária em ano eleitoral; o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre automóveis — as vendas despencaram 25% — e o reajuste de 5% dos combustíveis, que encarecia os preços em 19% nos postos. A efetividade do pacote se limitou em grande parte ao furor tributário, pelo aumento de 10% no Imposto de Renda de pessoas físicas e nas aplicações de renda fixa.

A herança de mais encargos para o contribuinte

No vaivém das negociações do pacote de novembro com o Congresso, também acabaram caindo o fim da isenção de impostos para instituições educacionais, esportivas e de saúde e a redução dos incentivos fiscais para as zonas francas. Agora, o pacote 51 transmite o conjunto de medidas anunciadas ontem sua herança de ônus praticamente exclusivos dos contribuintes, ativos e inativos. Boa parte do seu êxito depende, menos do corte de despesas públicas, do que do aumento de encargos via CPMF, Confins e Previdência. ■